

REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO: CONFLITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE PARA OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Fernanda Pereira Liguori

Faculdade de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela
liguori.fernanda@gmail.com

Rubén Camilo Lois González

Faculdade de Geografia da Universidade de Santiago de Compostela
rubencamilo.lois@usc.es

O espetáculo do megaevento tem sido usado como estratégia urbana de promoção e formação de consensos que justificam as transformações, por vezes drásticas, na especialização dos espaços para fins de especulação imobiliária. Essa estratégia tem o Estado como principal articulador dos interesses da iniciativa privada e do capital financeiro. Desde a mudança do capitalismo industrial para o capitalismo flexível¹, na década de 1970, que a terra urbana, tida como mercadoria, ganha um *status* jamais visto anteriormente. As cidades, mais especificamente as parcelas eleitas pelo capital, são dotadas de vantagens competitivas, para atrair investimentos. E assim aconteceu com o Rio de Janeiro e a reestruturação urbana ocorrida para os megaeventos esportivos Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Espaços foram eleitos pelo capital para fins de incorporação e aqueles que não se encaixavam no novo projeto de cidade moderna, foram removidos.

Dentre os projetos de transformações ocorridas no Rio de Janeiro para os megaeventos estão: a renovação portuária do Projeto Porto Maravilha no Centro, a construção do Parque Olímpico na Barra da Tijuca, a modernização do Estádio do Maracanã e arredores, a modernização do Estádio Deodoro e arredores. Esses pólos em específico constituíram-se em regiões indutoras de especulação imobiliária. Para interligá-las foram criados corredores de acesso composto por vias de tráfego expresso e corredores de Bus Rapid Transport – BRTs na forma de ônibus articulados. São elas: Transcarioca, Transoeste, Transolímpica e a inconclusa Transbrasil, além de duas linhas metroviárias e uma de Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT.

Devido ao traçado proposto por esses projetos, muitas famílias tiveram de ser removidas. A derrubada de habitações das comunidades de baixa renda historicamente arraigadas representou a liberação de terrenos para incorporação, estratégia arquitetada pelo planejamento urbano carioca de apropriação do espaço urbano e expulsão dos sujeitos qualificados como indesejados, confinando-os em condomínios populares até 70 quilômetros distantes da moradia de origem.

As famílias foram reassentadas via Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV do Governo Federal, que se trata de um programa de construção de habitação de interesse social subsidiada

¹ Harvey, 2005

para famílias com renda de até dez salários mínimos. De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, entre 2009 e 2015, foram reassentadas 22.059 famílias que viviam em favelas por onde passariam as obras de reestruturação urbana.²

Pesquisas, dossiês e reportagens feitos com os afetados pelas remoções denunciaram que os ex-moradores sofreram uma série de violações dos direitos pela falta de transparência nos processos encabeçados pela Secretaria Municipal de Habitação - SMH da Prefeitura do Rio de Janeiro nas ações de despejo e reassentamento.

Partimos do pressuposto que, no discurso do legado dos megaeventos propalado pelo poder público, a drástica reestruturação urbana promoveria mais cidadania e integração para seus cidadãos via política federal de acesso à moradia (PMCMV) e mobilidade urbana (BRTs, VLT e Metrô). No entanto, na prática, reforçou os processos de segregação socioespacial uma vez que o poder público concentrou os novos condomínios de conjuntos habitacionais na zona oeste da cidade. O poder público municipal também vetou a participação popular das comunidades afetadas pelas remoções no planejamento urbano estratégico – um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto das Cidades de 2001— mas que foi violado.

As favelas no Rio de Janeiro foram surgindo por meio da autoconstrução, no século XIX, da necessidade de habitar próximo aos locais com demanda de emprego, ocupando as encostas dos morros da área central e junto aos bairros mais valorizados, principalmente da zona sul. Com a expansão econômica da cidade, vieram os projetos de reestruturação urbana, visando favorecer a concentração e acumulação do capital e as remoções.³

Historicamente, as remoções no Rio de Janeiro ocorreram de forma maciça também nos governos municipais de Pereira Passos (1902-1906) e Carlos Sampaio (1920-1922). Portanto, não se trata de um processo novo e sim a repetição de um modelo de higienismo e segregação socioespacial historicamente arraigado⁴. A gestão do Prefeito Eduardo Paes (2009-2016) caracterizou-se por uma política de desenvolvimento urbano que violou os direitos humanos, marcada principalmente pelas remoções em nome da urgência para as obras dos megaeventos. Todas as ações aconteceram articuladas a políticas federais e estaduais de reestruturação urbana da Cidade do Rio de Janeiro em cidade global.

Esse trabalho tem como objetivo analisar o que mudou na rotina na visão das próprias famílias reassentadas, vítimas do processo, que foram desapropriadas e removidas de suas moradias originais em razão das obras de preparação do Rio de Janeiro para os megaeventos esportivos. A luz dos conceitos de território e territorialidade, este trabalho pretende analisar, sob o ponto de vista do morador removido, como e de que forma sua vida foi alterada em relação à mudança de moradia.

A metodologia empregada será empreender uma análise do conjunto de depoimentos da reportagem Projeto 100 Histórias da Agência Pública, publicada na internet em julho de 2016,

² Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. disponível em: <https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura>, acesso em: 10.12.2017

³ Abreu, 2013

⁴ *Op. Cit.*

antes das Olimpíadas, reunindo cem depoimentos de cidadãos removidos em função das obras infraestruturais para os megaeventos, registrados em formato vídeo ou podcast⁵. Nos depoimentos, os afetados contaram como foi a experiência de cada um, desde a chegada à antiga moradia a qual pertenciam e como a mudança imposta pela Prefeitura do Rio de Janeiro alterou seus cotidianos no reassentamento. Os relatos das vítimas são chocantes e denunciaram a violência física e psicológica a qual foram submetidas nas ações de desapropriação promovidas pela SMH, desde o anúncio do despejo até a demolição de suas casas. Também retratam como sua rotina foi alterada em relação à antiga moradia.

Na qualidade de processo contemporâneo, os projetos de reestruturação urbana promovem drásticas reorganizações do território e alteram bruscamente a territorialidade das populações que são removidas para dar lugar a terrenos para fins de incorporação. De um lado, estão os agentes tipicamente capitalistas responsáveis pela mercantilização do território, cujos interesses foram legitimados pelo Estado brasileiro através de instrumentos legais e ações. Do outro lado, estão os interesses dos moradores de comunidades por onde passaram os projetos de reestruturação que, além de possuírem uma histórica ocupação em sua favela de origem, tiveram seu cotidiano alterado em decorrência das remoções compulsórias. Vale ressaltar que esses moradores estabeleceram com seu entorno, ao longo de sua ocupação, relações (de vizinhança, de trabalho, afetivas, de identidade) através das quais construíram sua territorialidade por gerações.

A produção da cidade para os megaeventos esportivos

O território é o produto das relações de poder dos atores sociais, seja de pessoas ou grupos, que se territorializam, conforme Raffestin⁶. Na condição de espetáculo, os preparativos para receber e sediar um megaevento a cidade passa pela drástica transformação de pedaços de seu território eleitos pelo capital, o que envolve desde a mudança da legislação urbanística até a violação de direitos humanos para os que não se adequam a esse processo. Trata-se de uma corrida desenfreada em que tudo vale para modernizar e erguer vias de acesso, terminais urbanos, estádios, espaços culturais, entre outros, em nome da espetacularização do urbano pelo Estado, onde quem irá lucrar será o capitalismo financeiro.

Souza⁷ afirma que há relações de poder espacialmente delimitadas operando sobre o território. Raffestin⁸ reconhece que há um sistema territorial, resultado das relações diárias de poder do Estado, das empresas, organizações e indivíduos que constituem nós (pontos de encontro de relações sociais), malhas (conjunto de pontos e ligações/conexões entre diferentes agentes sociais) e redes (ligações entre dois ou mais agentes sociais). Saquet⁹ complementa dizendo o espaço corresponde ao ambiente natural e organizado socialmente e o território é produto da dinâmica socioespacial, ou seja, produto de ações históricas, concretizadas em momentos

⁵ A Agência Pública é uma mídia independente sem fins lucrativos fundada em 2011 financiada por campanhas de *crowdfunding* que produz material jornalístico focado na promoção de direitos humanos. (<http://apublica.org>, acesso em 15.12.2017)

⁶ 1993

⁷ 2001

⁸ *Op.cit*

⁹ 2009

distintos e sobrepostos, que geram diferentes paisagens. O território pode ser analisado a partir das relações de poder, mas também a partir das relações efetivas e de identidade entre um grupo social com seu espaço.

A disputa por sediar megaeventos esportivos tornou-se acirrada a partir dos anos de 1980, simbolizando uma nova forma de articulação para expansão e circulação do capital, onde territórios das cidades-sede são transformados e reorganizados para receber novos investimentos para a produção de novas centralidades urbanas, alvos de especulação imobiliária.¹⁰ Os novos territórios especializados recebem infraestrutura urbana elitizada em contraponto com a miséria, remoções, suspensão de direitos, entre outros exemplos de desigualdades promovidas por esse processo.

A cartilha dos megaeventos esportivos promete deixar legados positivos após todas as transformações promovidas nas cidades-sede. No caso do Rio de Janeiro, essas transformações promoveram o aprofundamento da segregação socioespacial. Boa parte das obras fruto dos megaeventos, financiadas em sua maioria pelo Estado, tornou-se, após os espetáculos, verdadeiros "elefantes brancos", não trazendo nenhum benefício efetivo para a população local. A especialização dos espaços eleitos pelo capital redefiniu o território e confinou os indesejados pelo processo nos confins da cidade.

Como parte integrante do território e da cidade, as comunidades afetadas pelas remoções não participaram do processo de reestruturação urbana imposto pelos megaeventos no Rio de Janeiro. Elas não tiveram a oportunidade de expressar qual o legado que desejavam para si. O território planejado como um conjunto dos sistemas de coisas e sistemas naturais sobrepostos no sentido de Milton Santos¹¹. A dimensão do vivido não foi considerada. As comunidades historicamente construídas, território do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, e, acima de tudo, do exercício da vida, viraram memória. A territorialidade desses indivíduos foi comprometida.

Raffestin¹² define territorialidade como um conjunto de relações oriundas de um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. Reflete o multimensionamento do vivido territorial da sociedade em geral, onde os membros de uma coletividade estabelecem relações existenciais e/ou produtivistas com o território. Assim, podemos dizer que o território possui uma identidade espacializada que se traduz, conforme Saquet¹³, com a territorialidade, ou conjunto das relações que se vive cotidianamente (de trabalho, não-trabalho, familiares, entre outros). No caso do Rio de Janeiro, essa territorialidade foi quebrada com a imposição do megaevento. Os laços cotidianos dos removidos tiveram de ser refeitos de forma compulsória.

Haesbaert complementa:

¹⁰ Oliveira, 2011

¹¹ 1999

¹² *Op.cit*

¹³ 2010

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar¹⁴.

Conforme Saquet (2009), a territorialidade é um processo formado de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais, que indivíduo ou de um grupo social, produz em cada território, essenciais para a construção da identidade e reorganização da vida cotidiana.

Interpretando as definições de Haesbaert e Saquet, a territorialidade teria então escalas de materialização no espaço mediadas pelas relações de poder. No Rio de Janeiro, o poder do Estado aliado aos interesses do capital financeiro impôs uma reestruturação urbana drástica em escala local às famílias removidas. O uso do poder pelo Estado para re-arranjar o território de um município é uma das táticas do empreendedorismo urbano.

Conforme afirma Harvey¹⁵, o empreendedorismo urbano através do re-arranjo dos processos produtivos necessita de novas áreas para expansão. Assim o território vira instrumento apropriado, produzido e manipulado pelos promotores imobiliários e bancos, servindo aos interesses de uma classe dominante, virando mercadoria de consumo fetichizada. E modelos de sucesso são usados como saída para planejamento urbano empreendedor. A escala imposta pelos organismos promotores dos megaeventos apenas considera a dimensão global para a local, atendendo aos interesses das grandes corporações, patrocinadoras oficiais e grandes incorporadoras. Infelizmente, a escala do plano vivido¹⁶ quase nunca é considerada.

As cidades-modelo emergem no cenário mundial como casos de sucesso, vendidos aos planejadores de cidade. Barcelona é considerada como marco referencial para estudo dos megaeventos como estratégia do urbanismo. A cidade sofreu uma série transformações urbanísticas para receber as Olimpíadas de 1992. Os consultores catalães vem propagando e vendendo o modelo catalão como caso de sucesso ao redor do mundo.¹⁷

Os preparativos para os megaeventos esportivos no Brasil, a exemplo de outros países, reforçam a ideia de venda de cidade como mercadoria, como negócio, onde prevalecem os interesses privados que atendem a uma determinada classe social seleta, em detrimento dos interesses coletivos.

Ao ser escolhido para sediar três megaeventos esportivos -- os Jogos Panamericanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 --, a Cidade do Rio de Janeiro passou a ser um centro catalizador de investimentos aos moldes neoliberais. A imagem trabalhada e promovida pelos atores envolvidos, tanto em esfera pública como privada, é de promoção da inclusão, crescimento e desenvolvimento, de euforia, forjando um consenso absoluto de progresso e crescimento do país. O legado deixado, porém, foi o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, uma vez que as áreas da cidade destinadas à especialização do capital são voltadas para a classe média e alta.

¹⁴ 2007, p.22

¹⁵ 2008

¹⁶ Lefebvre, 2008

¹⁷ Capel, 2009

As entidades promotoras desses eventos, que representam interesses privados, impõem regras de exclusividade e exceção que forçam os países a se adaptarem para poderem tornar-se sede aos moldes neoliberais. Colocam em cheque inclusive os direitos e garantias conquistados historicamente pelos brasileiros, dentre os quais os elencados na Constituição de 1988 e Estatuto das Cidades de 2001. Os pedaços eleitos pelo capital são produzidos e adaptados com a mobilização de recursos econômicos, simbólicos e político.

Dentre os critérios usados por essas entidades para escolha das cidades-sede estão a existência e possibilidade de modernização e ampliação da infraestrutura de acesso e permanência dos atletas e turistas, a infraestrutura para realização das atividades esportivas, a estabilidade econômica, política e social. Os grandes eventos são uma das formas usadas pelo Estado para definir, permitir, influenciar e acelerar as intervenções do capital nacional e internacional. A produção do espaço é, portanto, fundamental para competitividade. O espaço é produzido pelo Estado seguindo interesses privados em detrimento da realidade social e das mazelas advindas desses processos.¹⁸

O Estado defende os interesses da classe capitalista, em que a gênese do espaço vendido como mercadoria está na questão da propriedade privada. Harvey afirma:

...os processos de mercado dependem do monopólio individual dos capitalistas (de todos os tipos) sobre os meios de produção da mais-valia, incluindo as finanças e a terra (toda renda, lembremos, é um retorno proveniente do poder monopolista da propriedade privada a qualquer porção do planeta). O poder monopolista da propriedade privada é, portanto, o ponto de partida como o ponto final de toda a atividade capitalista.¹⁹

No Brasil não houve clareza na política de remoção e reassentamento das famílias, que aconteceram em dissonância com a legislação brasileira (Constituição Federal, Estatuto das Cidades, planos diretores municipais). No Rio de Janeiro, o que dominou foi primeiro derrubar-se depois reassenta-se. Remoções compulsórias, projetos de reestruturação urbana sem participação popular dos afetados, segregação socioespacial nos reassentamentos, violência física e psicológica praticada pelo poder público nas remoções, entre outros problemas, são apenas alguns dos exemplos de violações de direitos.

Por sua vez, o Estado assume papel de principal articulador e materializador dos interesses da iniciativa privada nos projetos urbanos. “Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apóia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico enquanto seu objetivo econômico imediato”.²⁰

Dentre as arbitrariedades provocadas pela produção e reprodução do espaço para os megaeventos esportivos no Brasil estão: a falta de transparência generalizada com os gastos públicos, violação dos direitos individuais, criação de leis de exceção e exclusividade, transformações sociais e ambientais, a mercantilização do espaço público, exclusão e segregação socioespacial, apropriação privada de recursos públicos, investimento em obras não-prioritárias, reforço da segurança pública.

¹⁸ Rodrigues, 2013

¹⁹ 2006, p.226 e 227

²⁰ Harvey, 2006, p. 174

Conforme analisado por Vainer²¹, os espaços construídos e grandes equipamentos destinados aos megaeventos no Rio de Janeiro, como exigência da FIFA e do COI, geraram espaços segregados “elitizados e elitistas”. E ainda impuseram a segregação socioespacial aos removidos das comunidades. Houve uma quebra, uma descontinuidade do território em que habitavam e não uma inclusão dessa população. O confinamento em condomínios de casas populares, muitas vezes distantes das moradias originais, representa a alteração das relações (de amizade, vizinhança, trabalho, estudo, saúde, religião, etc) estabelecidas historicamente com o território. Além da destruição do antigo território de moradia de forma brutal e traumática para essas famílias removidas.

Ao passo que os novos espaços privados criados para os megaeventos e destinados à incorporação imobiliária no Rio de Janeiro, com investimentos públicos, mas seguindo interesses privados, “introduzem descontinuidades na malha e na paisagem urbanas preexistentes, bem como suas reconfigurações ou expansões (...) projetos de aburguesamento de extensas áreas em processo de valorização, promovendo a ‘limpeza social e étnica’.”²²

Nesse sentido, a noção de território vai além do aspecto apenas funcional referente à lógica político-econômica expressa nas relações de poder. Conforme Haesbaert²³, as relações de poder tanto realizam funções como produzem significados no espaço. O território, de acordo com Haesbaert e Limonad²⁴, seria uma construção histórica e social, que se dá por relações de poder (concreto e simbólico) que, concomitantemente, envolvem sociedade e espaço geográfico.

A partir do momento em que temos o Estado como legitimador dos interesses do capital, temos uma quebra das territorialidades das comunidades afetadas pelo processo de remoção para um megaevento. O discurso do legado vem revestido de benesses socioeconômicas que deixará para a sociedade local. Se formos examinar a rotina dos afetados pelas remoções, veremos que os elos territoriais foram quebrados de forma brusca e traumática. Diante da nova realidade, essas famílias tiveram que se readaptar a um novo espaço, a uma nova rotina, reorganizar seu cotidiano, construir nova identidade.

Os Projetos de Reestruturação Urbana para os megaeventos no Rio de Janeiro

O surgimento da Cidade do Rio de Janeiro deu-se a partir do século XVI, com o Descobrimento do Brasil. A cidade criou um núcleo urbano confinado entre morros e ali desenvolveu atividades comerciais, cuja economia circulou basicamente em torno do pequeno porto. Foi apenas com a vinda definitiva da família real portuguesa em princípios do século XIX que a cidade ganhou *status* de capital brasileira, foi modernizada e começou sua expansão rumo à zona norte e zona sul.²⁵

Nas primeiras décadas do século XX, o Rio de Janeiro experimentou um incremento da industrialização e atividades portuárias. O desenvolvimento trouxe o uso do automóvel, a

²¹ 2014, p.73

²² Vainer, 2014, p.73

²³ 2007

²⁴ 2007

²⁵ 2013

implantação do bonde elétrico e a abertura de novas vias de acesso. Esse processo atraiu uma mão de obra numerosa e acirrou o processo de expansão dos subúrbios. Nesse período, as zonas oeste e sul concentravam as elites, enquanto as demais abrigavam a classe trabalhadora. Com a expansão da cidade, os projetos de reestruturação urbana promoveram as remodelações e aprofundaram a segregação urbana.²⁶

A Reforma de Pereira Passos (1902-1906) abriu e alargou vias, embelezou praças no centro e zona sul, canalizou rios e córregos, destruiu um grande número de cortiços. Os morros vizinhos ao centro passaram a ser densamente ocupados, como o Morro da Providência (a primeira favela brasileira, surgida em 1897 abrigando os sobreviventes da Guerra de Canudos), São Carlos e Santo Antônio. As margens dos rios e mangues também eram ocupadas. Carlos Sampaio (1920-1922) foi outro prefeito que promoveu uma política de remoção de favelas, além o arrasamento do Morro do Castelo, ocupado por antigos casarões e cortiços, e a modernização de vias de acesso.²⁷

Nas décadas subseqüentes, com o deslocamento da indústria do centro para o subúrbio e adensamento da zona sul, as áreas de difícil acesso e de terrenos baratos, como os morros, começaram a ser ocupadas. A classe trabalhadora escolhia habitar em condições precárias, em áreas mais vizinhas às áreas industriais e comerciais, bem como de residências de alto padrão da zona sul, onde estava a maior oferta de emprego. Seguiu-se também à expansão das vias de acesso interligando o subúrbio ao centro, bem como a zona sul (bairros como Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa) e a nascente Barra da Tijuca (zona oeste), que até hoje concentram as áreas de maior renda.²⁸

Hoje, além morros vizinhos ao centro e zona sul, as áreas suburbanas das zonas norte, oeste e orla ferroviária, concentram a população de mais baixa renda nas favelas, muitas vezes marcadas pela violência urbana, pobreza e narcotráfico. O centro da cidade onde fica a antiga zona portuária, passou por um período de obsolescência a partir da década de 1960, sofrendo desocupação industrial e abandono das velhas estruturas. O centro então passou a ser novamente ocupado por uma população de baixa renda.²⁹

De acordo com o Censo do IBGE de 2010, a população carioca está em torno de 6,4 milhões de habitantes, distribuída numa área aproximada de 1.200 quilômetros quadrados. O mesmo censo apontou que o Rio de Janeiro é a cidade que detém maior número de população em favelas no Brasil, ou seja, 1.393.314 moradores, o que corresponde à 22,03% do total de habitantes da cidade.

O Rio de Janeiro foi preparado para os megaeventos esportivos desde a década de 1990, projeto neoliberal de reestruturação urbana a partir das candidaturas aos eventos Olimpíadas de 2004, 2012 e 2016 e Jogos Pan-Americanos de 2007. Assim sediou os Jogos Panamericanos de 2007 e, quase uma década depois, as Olimpíadas de 2016.

Em 2009 foi anunciada a vitória do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016. E, no mesmo ano, as remoções para as obras foram anunciadas, quando a Prefeitura do Rio publicou

²⁶ *Op.cit*

²⁷ *Op.cit*

²⁸ *Op.cit*

²⁹ *Op.cit*

o Plano de Legado Urbano e Ambiental da Prefeitura, informando que mais de 3.500 famílias, em seis comunidades nas zonas norte e oeste, seriam removidas em decorrência das obras para realização do megaevento. Começou a partir daí um grande projeto de reestruturação urbana da cidade, alinhado entre as esferas municipal, estadual e federal³⁰ para a conclusão desse processo. As obras anunciadas ocorreriam principalmente em razão da construção dos corredores viários (Transolímpica, Transoeste, Transcarioca e a inconclusa Transbrasil), para a reestruturação do centro pelo Projeto Porto Maravilha, para a construção do Parque Olímpico na Barra da Tijuca, para adequação dos Estádios do Maracanã e Complexo Esportivo situado em Deodoro.

Os locais por onde passaram as obras sofreram valorização e transformaram-se em frentes de incorporação imobiliária, sendo a Barra da Tijuca (zona oeste) e o Porto Maravilha (região central) os expoentes máximos desse processo. A derrubada de habitações das comunidades de baixa renda historicamente arraigadas representou a liberação de terrenos para incorporação, estratégia arquitetada pelo planejamento urbano carioca e nacional de apropriação do espaço urbano e expulsão dos sujeitos indesejados, confinando-os em condomínios populares até 70 quilômetros distantes da moradia de origem.

A seguir, faremos uma breve revisão das principais obras que culminaram em remoções na Cidade do Rio de Janeiro na preparação para os megaeventos durante o período de 2009 a 2016.

Projeto Porto Maravilha

O Porto Maravilha é administrado pelo Consórcio Porto Novo, grupo formado pelas empresas Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia funcionando sob a coordenação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP. Um dos grandes feitos dessa operação urbana foi a integração da Praça XV de Novembro com a Praça Mauá, que transformou o trecho antes tomado pelo Viaduto Perimetral, num grande *boulevard* cultural e ajardinado. O antigo viaduto foi implodido e suas vias tornaram-se subterrâneas.

A região da antiga zona portuária carioca composta por uma quantidade significativa de galpões abandonados entrara em processo de degradação já na década de 1960. A área ficava movimentada de dia e vazia à noite. O Projeto Porto Maravilha veio com a proposta de tentar reverter esse quadro além de atrair investimentos para a região.

A área controlada pelo Porto Maravilha abrange 5 milhões de metros quadrados, englobando três bairros inteiros (Santo Cristo, Gamboa e Saúde) e trechos de mais três outros bairros (São Cristóvão, Cidade Nova, Centro e Caju), sendo que 60% das terras pertencem à União. Bienstein³¹ afirmou que essas terras ao invés de serem encaminhadas para moradia de interesse social, foram destinadas a operações imobiliárias. Trata-se de um caso declarado de gentrificação urbana e não de recuperação da área para os que seus reais moradores. A função social da moradia que alguns edifícios foram extintas, como por exemplo, a Ocupação

³⁰ A reestruturação urbana carioca de 2009 a 2016 aconteceu durante a gestão em esfera municipal de Eduardo Paes (PMDB) que governou de 2009 a 2016, em dois mandatos subsequentes. Na esfera estadual, aconteceu durante o governo de Sérgio Cabral Filho (2007-2014) e Luis Fernando Pezão (2014-até o presente), ambos do PMDB. Na esfera federal, estavam na gestão Luiz Inácio Lula da Silva (segunda gestão, 2006-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do PT.

³¹ 2011

Quilombo das Guerreiras que deixou de existir. O prédio foi desapropriado embora continue vazio.

O Projeto Maravilha implicou na revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, pretendeu reforçar a centralidade do Rio de Janeiro, a dinamização do mercado imobiliário, desenvolvimento do comércio, turismo e entretenimento, além promover recuperação do patrimônio histórico e cultural existente e a construção de novos equipamentos. Foi levada a cabo por meio da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, sancionada em 23/11/2009, pelo Prefeito Eduardo Paes. Uma série equipamentos culturais foram erguidos como o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio de Janeiro, o Aquário do Rio, dentre outros. Foi instalada uma linha de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT. O projeto era o de atrair para a região a construção de torres comerciais.

Além das duas fases do Porto Maravilha, que juntas receberam investimentos de mais de R\$ 10 bilhões, as mesmas empresas ganharam outros editais para atuar na região, como as obras do programa Morar Carioca (R\$ 32 milhões) e a parceria público-privada para operar o veículo leve sobre trilhos, o VLT (R\$ 1,1 bilhão).³²

De acordo com o Censo IBGE de 2010, a área do Porto Maravilha concentra 10.098 domicílios, sendo que apenas 611 possuem renda maior do que 3 salários mínimos. A mais antiga favela carioca, o Morro da Providência, possui a maior quantidade de moradores 1.237 domicílios. Com o lançamento do Porto Maravilha em 2009, a Prefeitura removeu 832 casas.

A construção de um teleférico, ligando à Cidade do Samba, na Gamboa e à Central do Brasil, em um plano inclinado, foi a principal razão para retirada de moradores num lugar conhecido como AP, Toca (miolo da favela). A Prefeitura usou também largamente a justificativa de área de risco para retirada de moradores da Pedra Lisa.

Parque Olímpico

O Parque Olímpico foi um projeto de criação e modernização de boa parte da infraestrutura dos Jogos Olímpicos na área onde estava localizado o antigo Autódromo de Jacarepaguá, região da Barra da Tijuca. O empreendimento foi erguido pelo consórcio Rio Mais, formado pelas construtoras Carvalho Hosken, Andrade Gutierrez e Odebrecht Infraestrutura. O consórcio é responsável pela manutenção da infraestrutura do empreendimento por 15 anos, pela Vila dos Atletas, a construção de um hotel, o Centro Internacional de Transmissão (IBC), do Centro Principal de Mídia (CPM) e três pavilhões esportivos, além da construção de um conjunto habitacional para reassentar os moradores da Vila Autódromo. Coincidentemente a Carvalho Hosken é a maior detentora de terras e propriedades na Barra da Tijuca. Além dos empreendimentos Barra Shopping, os condomínios de luxo Rio 2, Península e Cidade Jardim, a Vila dos Atletas (condomínio Ilha Pura).

Após as reformas, a Barra da Tijuca é hoje interligada ao Aeroporto Internacional Tom Jobim pela Transcarioca; aos Bairros de Campo Grande e Santa Cruz pela Transoeste; a Deodoro, outro pólo olímpico, pela Transolímpica e à zona sul pela Estação de Metrô Jardim Oceânico

³² Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/a-outra-historia-do-porto-maravilha>, acesso em 17.02.2018

Um ano depois das Olimpíadas, muitos dos equipamentos erguidos encontravam-se abandonados e sem uso.

A Comunidade da Vila Autódromo, antiga colônia de pescadores, que se situava às margens da Lagoa de Jacarepaguá e vizinha ao velho Autódromo, foi integralmente removida. A área da comunidade serviu para a ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende, vias de acesso ao Parque Olímpico.

Complexo de Deodoro

O Parque Madureira com 92 mil metros quadrados foi inaugurado em 2012. O parque possui uma praia artificial e uma pista de skate e *mountain bike*. Para a construção do parque foram removidas 771 famílias da antiga favela Vila das Torres. O custo das obras foi de R\$ 278 milhões. A localização está na zona norte, próximo ao Estádio Olímpico João Havelange. Em 2016 o parque foi fechado pela prefeitura que alegou falta de verbas e de empresa gestora.

Complexo Maracanã

O Estádio do Maracanã foi erguido para a realização da Copa do Mundo de 1950, como símbolo de modernidade e progresso do Rio de Janeiro, na época capital do Brasil. O Maracanã desde sua inauguração sediou inúmeras partidas de futebol de campeonatos estaduais e nacionais e também nas competições dos Jogos Pan-Americanos de 2007, recebeu o futebol, as cerimônias de abertura e de encerramento. Sediou futebol e as cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos de 2016. E também sediou jogos da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA de 2014.

Na sua primeira versão o estádio tinha capacidade para cerca de 150 mil expectadores. A modernização do estádio para a Copa de 2014 transformou o estádio em arena, reduzindo a capacidade para cerca de 80 mil expectadores. Além de disso, recebeu moderna cobertura e infraestrutura de atendimentos aos jogadores e turistas. A reforma foi promovida pelo Consórcio Maracanã S/A, formado pelas empresas IMX, Odebrecht e AEG, em 2013, que tinha o direito de exploração comercial e administração por 35 anos. Em 2016, o consórcio cedeu o estádio para o Comitê Organizador das Olimpíadas, e não o aceitou de volta. No entanto a justiça obrigou a empresa a retomar imediatamente a operação e manutenção do complexo esportivo, conforme firmado em contrato de concessão, para viabilizar o uso dos espaços, sob pena de multa diária de R\$ 200 mil.

Para consolidação das obras do Pólo Maracanã, em 2009 foi anunciada a remoção da comunidade Metrô Mangureira, composta por 700 famílias, situada a 500 metros do estádio. A justificativa dada é que a área serviria de estacionamento para a Arena. Após reivindicações junto à Prefeitura, a comunidade que a princípio seria toda removida para Cosmos, conseguiu ser reassentada em uma área 2 quilômetros vizinha, onde foram construídos os condomínios MCMV Mangureira I e Mangureira II. Outra parte foi removida para Triagem.³³

Vias de acesso e BRTs

³³ Faulhaber e Azevedo, 2015

As linhas Bus Rapid Transit – BRTs composto por ônibus articulados foram pensadas como eixos de valorização dos terrenos das imediações por onde passavam e como corredores destinados ao transporte de massas. O modelo adotado foi inspirado no implantado por Jaime Lerner em Curitiba – PR. São eles Transcarioca (Barra da Tijuca – Aeroporto Internacional Tom Jobim), Transoeste (Santa Cruz- Barra da Tijuca), Transolímpica (Barra da Tijuca – Deodoro) e a inconclusa Transbrasil (Deodoro- Centro). Atualmente conta com uma frota de 440 ônibus percorrendo 125 quilômetros de corredores, transportando cerca de 450 mil passageiros por dia em 8 mil viagens diárias. Durante os jogos olímpicos foram transportados 11,7 milhões de passageiros.

Quadro 1. Vias de Acesso e Corredores de BRTs

Corredor	Ligação	Inauguração	Extensão	Quantidade de Passageiros transportados por dia	Quantidade de Estações Terminais
Transoeste (obra de transformação da Av. das Américas e Av. D. João VI e abertura do Túnel Grota Funda de ligação entre o Recreio e Guaratiba)	Barra da Tijuca a Santa Cruz e Campo Grande, passando por Guaratiba e Recreio dos Bandeirantes .	1º. Trecho - Barra da Tijuca a Santa Cruz e 2º. Trecho Campo Grande e Paciência (2012). 3º trecho, integração com a Linha 4 do Metrô no Terminal Jardim Oceânico (2016)	56km	216 mil	62 estações e 4 terminais (Alvorada, Santa Cruz, Campo Grande e Jardim Oceânico)
Transcarioca – Antigo Corredor T5. + Avenida Ayrton Senna na Barra da Tijuca, Nelson Cardoso e Cândido Benício em Jacarepaguá, e a Avenida Ministro Edgar Romero em Madureira e também nas ruas Ibiapina, Uranos nos bairros de Olaria e Ramos.	terminal Alvorada, na Barra da Tijuca, ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador	2014	39 km	234 mil	1 Terminal 45 estações que interligam 27 bairros das zonas norte e oeste e integração com o trem da Supervia (Estações Madureira Manaceia e Olaria) e em Vicente de Carvalho faz ligação com a linha 2 do Metrô e futuramente com a Transbrasil
Transolímpica	(Av. Salvador Allende, no	2016	26 km	70 mil	18 estações e três terminais (Recreio,

(Administrado pela ViaRio S.A.	Recreio, até Deodoro				Centro Olímpico e Sulacap)
--------------------------------	----------------------	--	--	--	----------------------------

Fonte: <http://brtrio.com/conheca>, acesso em 15.02.2018

Para consolidar o conjunto das transformações, o Estado promoveu uma série de restrições dos direitos humanos, dentre eles o direito à moradia, marcado principalmente pelas remoções forçadas, com a justificativa de realização dos megaeventos ou da localização da moradia em área de risco. Consequentemente, várias comunidades foram removidas, dentre elas as comunidades da Restinga e Vila Harmonia, todas as da Avenida das Américas, onde foram feitas as obras da via Transoeste; os casarões do Largo do Campinho para dar lugar à Transolímpica; a Comunidade Metrô Mangureira que deu lugar ao estacionamento do Maracanã e a Vila Autódromo, para alargamento de vias e obras do Parque Olímpico. Todas as obras de vias de acesso e corredores de BRTs privilegiaram principalmente o acesso à Barra da Tijuca, onde se situa o Parque Olímpico (Antigo Autódromo de Jacarepaguá e Comunidade da Vila Autódromo), novo eixo de expansão imobiliária da cidade, bem como a interligação com os modais de transporte.

O Programa Minha Casa Minha Vida e o Projeto 100 Histórias: os depoimentos dos removidos para os megaeventos

O Programa Minha Casa Minha Vida e as remoções

Em todo Brasil, o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV (Lei nº 11.977, de 7 de julho 2009) foi lançado como um novo programa habitacional do governo federal, de amplo alcance, com o objetivo de produzir 1 milhão de novas moradias em três anos, distribuídos nas seguintes faixas: a) famílias com renda até 3 salários mínimos: 400 mil unidades, com o pagamento de uma parcela simbólica de R\$50,00; b) famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos: 400 mil unidades; e c) famílias com renda de 6 a 10 salários mínimos: 200 mil unidades.

O programa é chefiado pela Casa Civil e pelo Ministério da Fazenda. Veio junto com um pacote de estratégias de enfrentamento da crise econômica internacional de 2008, impulsionando principalmente a construção civil, gerar empregos, renda e consumo. Ao PMCMV foram destinados R\$ 34 bilhões, onde R\$ 25,5 bilhões provinham do Orçamento Geral da União e R\$ 7,5 bilhões do FGTS. Para complementação da infraestrutura urbana foi previsto um investimento adicional de R\$ 1 bilhão a ser distribuído através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Caixa Econômica Federal foi gestora e operadora dos fundos, bem como tem o papel de avaliar se os projetos estavam dentro dos parâmetros técnicos dentro da norma.

Apesar de ser de nível federal, o Programa delegava aos municípios a aprovação dos projetos dos empreendimentos, de modificar a legislação urbanística de acordo com as demandas necessárias para a sua implantação, bem como selecionar os beneficiários dentro da Faixa 1.

Cardoso e Lago³⁴ sintetizaram pontos que estariam sendo mal equacionadas na execução do PMCMV em nível nacional:

- a falta de articulação do Programa com a política urbana praticada;
- a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária, pois muitas vezes não houve um padrão uniforme de atuação nas remoções;
- os problemas de localização dos novos empreendimentos confinados em áreas menos valorizadas da cidade, distantes de infraestrutura urbana e homogeneidade extrema de seus moradores;
- excessivo privilégio concedido ao setor privado que recebeu concessões e privilégios para definir as construções;
- a grande escala dos empreendimentos sem apresentar uma diversidade funcional no entorno;
- a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos, sendo que muitas unidades recém erguidas apresentaram rachaduras e vazamentos;
- a descontinuidade do programa a política federal vigente;
- a perda do controle social sobre a sua implementação, uma vez que muitos moradores, nas entrevistas queixaram-se da presença de milícias e a dificuldade de organização do condomínio, uma vez certos condomínios receberam moradores de diversas comunidades;
- a utilização do modelo de organização e gestão condominial, com a cobrança de taxas e regras rígidas.

No caso do Rio de Janeiro, o PMCMV foi diretamente atrelado ao programa de reestruturação urbana as obras dos megaeventos. Foi adotado como política de reassentamento das famílias removidas pelas obras. De acordo com Rolnik³⁵, a Zona Oeste do Rio de Janeiro, que concentra 47% das unidades financiadas dos empreendimentos do MCMV. É a zona mais mal servida de transporte, empregos, equipamentos e serviços. Os bairros de Campo Grande e Santa Cruz abrigam 30% do total de unidades. Se considerarmos os empreendimentos destinados à Faixa 1, esses bairros abarcaram cerca de 53% dos imóveis destinados à renda familiar de até 3 salários mínimos. Em contrapartida, a Barra da Tijuca e a zona Norte, as regiões valorizadas pelos jogos olímpicos, concentraram 51% das unidades destinadas à Faixa 3 (de 6 a 10 salários mínimos).

O estudo de Faulhaber e Azevedo³⁶ demonstrou que a maior parte dos novos condomínios do PMCMV situava-se na zona oeste da cidade, conforme a Figura 1. No referido mapa também é possível visualizar a localização dos pólos olímpicos e o deslocamentos das favelas. O que se percebe é o claro direcionamento da política pública de segregação urbana, removendo os mais pobres para a zona oeste da cidade e criando novas terras para incorporação. As antigas comunidades foram parcialmente ou totalmente removidas da Zona Central, Zona Norte, Zona Sul e Barra da Tijuca, áreas urbanas valorizadas de acordo com o Plano Diretor Estratégico vigente, para a região oeste da Cidade. Ao passo que as regiões de reestruturação urbana estão divididas entre os *clusters* olímpicos Deodoro, Barra da Tijuca (onde se encontra a Cidade

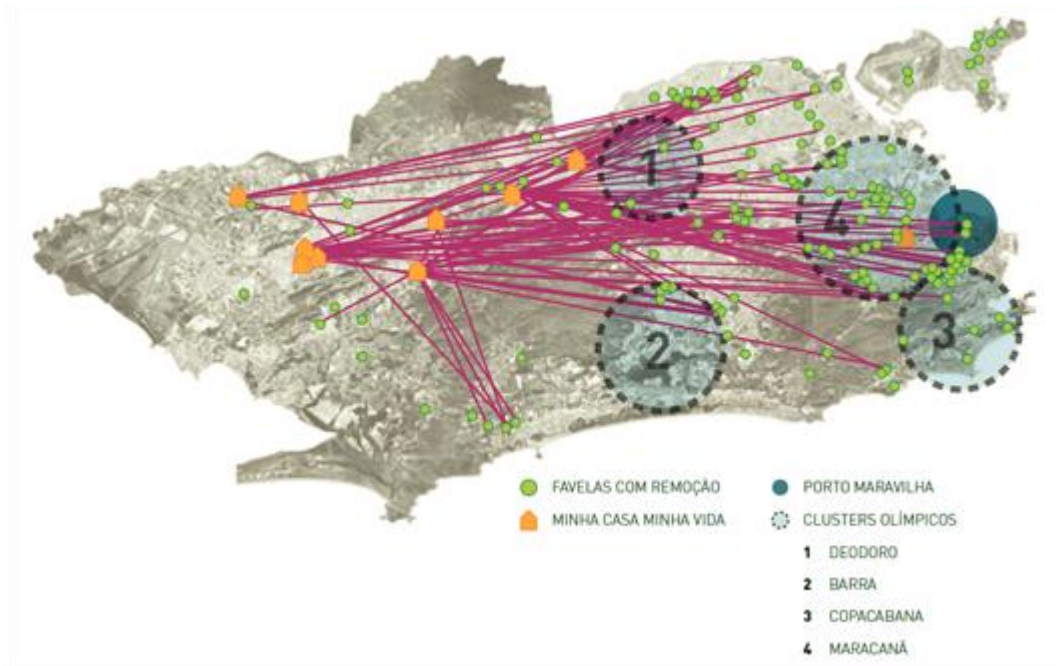
³⁴ 2015

³⁵ 2015

³⁶ 2015

Olímpica), Copacabana e Maracanã, bem como o Complexo do Porto Maravilha na região Central do Rio.

Figura 1. Mapas das Remoções do Rio de Janeiro 2009-2013



Fonte: Fauhalber e Azevedo, 2015

Segundo Faulhaber e Azevedo³⁷, dois conjuntos habitacionais do MCMV, o de Triagem (520 unidades) e o Frei Caneca (998 unidades), receberam do governo federal um investimento de R\$ 62,8 milhões do Governo Federal. Triagem e Frei Caneca foram considerados condomínios-vitrine usados pela gestão municipal para propagação do aparente sucesso do modelo adotado. Foram os primeiros a serem construídos a toque de caixa, logo apresentaram rachaduras e vazamentos. Dentre os condomínios do MCMV onde foram reassentados os entrevistados estão: Condomínio Terni (Campo Grande), Condomínio Mangueira I e II, Vila Autódromo, Parque Carioca (Jacarepaguá), Condomínio Ayres (Senador Camará) Colônia Juliano Moreira (Vargem Grande).

Assim que o Brasil ganhou o direito de sediar as Olimpíadas de 2016, a prefeitura municipal anunciou a remoção de 22.059 famílias. Em 2015, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio organizou um dossiê denunciando o processo de remoção promovido, especificando a comunidade e localização, tempo da ocupação, número de famílias ameaçadas e famílias removidas, bem como a justificativa dada pela Prefeitura. O Quadro 2 abaixo sintetiza as informações:

³⁷ 2015

Quadro 2. Remoções de 2009 a 2016

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
1. Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Totalmente removida	65	BRT Transcarioca
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	s/i	100	Totalmente removida	100	BRT Transcarioca
3. Rua Quaxima (Madureira)	1970	27	Totalmente removida	27	BRT Transcarioca
4. Penha Circular	s/i	40	Totalmente removida	40	BRT Transcarioca
5. Largo do Tanque	s/i	66	Totalmente removida	66	BRT Transcarioca
6. Arroio Pavuna (Jacarepaguá)	1938	68	28	96	Acesso à Condomínio de luxo Viaduto para o BRT Transcarioca Preservação Ambiental
7. Vila das Torres (Madureira)	1960	1.017	Totalmente removida	1.017	Construção do Parque Municipal de Madureira/ ⁴ Legado*associado à Transcarioca
8. Restinga (Recreio)	1994	80	Totalmente removida	80	BRT Transoeste
9. Vila Harmonia (Recreio)	1911	120	Totalmente removida	120	BRT Transoeste
10. Vila Recreio II (Recreio)	1996	235	Totalmente removida	235	BRT Transoeste
11. Notre-dame (Recreio)	s/i	52	Totalmente removida	52	BRT Transoeste
12. Vila da Amoedo (Recreio)	s/i	50	Totalmente removida	50	BRT Transoeste
13. Outras remoções ¹		129		129	BRT Transoeste
14. Vila Taboinha (Vargem Grande)	1990	—	400	400	Reintegração de posse
15. Asa Branca (Curicica)	1986	—	s/i	s/i	BRT Transolímpica
16. Vila Azaleia (Curicica)	1990	—	100	100	BRT Transolímpica
17. Vila União (Curicica)	década de 1980	340	—	340	BRT Transolímpica
18. Colônia Juliano Moreira	1935	—	400	400	BRT Transolímpica
19. Metrô Mangueira	1980	566	46	612	Estacionamento para o estádio do Maracanã
20. Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	430	120	500	Parque Olímpico BRT Transolímpica Preservação Ambiental
21. Belém-Belém (Pílares)	1972	—	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenhão)
22. Favela do Sambódromo	s/i	60	Totalmente removida	60	Alargamento do Sambódromo
23. Morro da Providência	1897	140	692	832	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco
24. Ocupação Machado de Assis	2008	150	Totalmente removida	150	Projeto Porto Maravilha
25. Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Totalmente removida	30	Projeto Porto Maravilha
26. Ocupações na Rua do Livramento	s/i	—	400	400	Projeto Porto Maravilha
27. Ocupação Boa Vista	1998	35	Totalmente removida	35	Projeto Porto Maravilha
28. Quilombo das Guerreiras	2006	70	Totalmente removida	70	Projeto Porto Maravilha
29. Zumbi dos Palmares	s/i	133	Totalmente removida	133	Projeto Porto Maravilha
30. Ocupação Carlos Marighela	s/i	47	Totalmente removida	47	Projeto Porto Maravilha
31. Ocupação Casarão Azul	s/i	70	Totalmente removida	70	Projeto Porto Maravilha
Subtotal relativo às remoções vinculadas diretamente aos megaeventos		4.120	2.486	6.606	COPA E OLIMPIADAS
32. Outras comunidades	Diversos	17.939 ²	s/i	17.939	A Prefeitura alega que estas famílias foram removidas por estarem em áreas de risco ou que foram reassentadas no mesmo local em razão de obras de melhorias nas suas comunidades.
TOTAL GERAL das Remoções na Cidade do Rio de Janeiro		22.059	s/i	s/i	

¹ Dados da SMH contabilizam 666 removidos pela Transoeste mas não especificam o nome da comunidade. Este dado foi inserido para se chegar ao número oficial.

² Chega-se a este cálculo deduzindo do número total de famílias removidas, segundo a Secretaria Municipal de Habitação (22.059) as famílias removidas em razão das intervenções da Copa e das Olimpíadas (4.120). Nos cálculos da Prefeitura, são 22.039 famílias removidas, sendo 15.937 famílias removidas em razão de estarem em áreas de risco; 3.997 famílias reassentadas na própria comunidade em razão de obras de melhorias nas mesmas; e outras 2.125 famílias removidas em razão das obras de mobilidade e infraestrutura na cidade, sobretudo na Zona Oeste (Cf. <https://medium.com/explicando-a-pol%C3%ADtica-de-habita%C3%A7%C3%A3o-da-prefeitura>). Como pode ser verificado, os dados apresentados diferem dos dados do Comitê Popular.

Os processos de despejo caracterizaram-se muitas vezes pela suspensão dos direitos das pessoas com relação à moradia pela Prefeitura Municipal, conforme acusa o mesmo Dossiê:

(I) **Completa ausência, ou precariedade de informação para as comunidades, acompanhada de procedimentos de pressão e coação**, forçando os moradores a aceitarem as ofertas realizadas pela Prefeitura do Rio. Cabe frisar que as comunidades visitadas, sem exceção, não tiveram qualquer acesso aos projetos de urbanização envolvendo suas áreas de moradia.

(II) **Completa ausência, ou precariedade de envolvimento das comunidades** na discussão dos projetos de reurbanização promovidos pela Prefeitura, bem como das possíveis alternativas para os casos onde são indicadas remoções.

(III) **As indenizações oferecidas são incapazes de garantir o acesso a outro imóvel situado na vizinhança próxima**, tendo em vista que a Prefeitura só indeniza o valor das benfeitorias e não a posse da terra, fato em geral agravado pela valorização decorrente dos investimentos que estão sendo realizados pelo poder público. Tal situação não é revertida nem mesmo com o instrumento da compra assistida, o que gera um aumento no valor pago pelas indenizações em torno de 40%. Mesmo assim, esta valorização é insuficiente para a aquisição de um imóvel na mesma localidade. Resta a opção de transferência para um imóvel distante, nos conjuntos habitacionais que estão sendo construídos em geral na Zona Oeste, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

(IV) **Deslegitimação das organizações comunitárias e processos de negociação sempre individualizados com as famílias, nitidamente buscando enfraquecer a capacidade de negociação com o poder público**. Nessa mesma perspectiva, cabe registrar que as negociações, em geral, são arbitrárias e sem critérios claros, inclusive no que se refere aos valores das indenizações.

(V) **Desrespeito à cidadania através de ameaças, pressão e coação. O padrão de relacionamento dos agentes públicos é de desrespeito com a população de baixa renda, tratada como cidadãos de segunda classe**. Assim, como são moradores sem propriedades, estes não teriam direitos. Sobressai nas formas de pressão utilizadas pela Prefeitura Municipal, a não retirada do entulho das casas demolidas, gerando situações dramáticas para as famílias que ainda resistem à remoção.

(VI) **A utilização da justiça como uma ferramenta contra o cidadão. Tendo como principal instrumento as ações judiciais promovidas pela Procuradoria do Município, o poder público municipal tem sido uma máquina irresponsável de despejos**, sem qualquer compromisso com a saúde e a vida das pessoas. A prática da Procuradoria do Município parece ser a de castigar todos os cidadãos que recorrem à justiça para proteger os seus direitos. Todas as liminares derrubadas na justiça são acompanhadas da imediata remoção, determinada pela Procuradoria, sistematicamente realizadas em situações de terror e violação dos direitos humanos. O ser humano – homens, mulheres, idosos e crianças – é gravemente desrespeitado através de práticas como a remoção em 24 horas, sem sequer antes receberem as indenizações, e a sujeição das famílias às condições de vida degradantes, obrigando-as a viverem entre os escombros das demolições.

Algumas entidades têm dado apoio aos moradores de comunidades ameaçadas de remoção, entre as quais se destacam: o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro; o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência; e a Pastoral das Favelas.³⁸

³⁸ 2015, p.38 e 39, grifos nossos

A seguir apresentaremos algumas considerações sobre os depoimentos do Projeto 100 Histórias, que conta sob a ótica dos removidos como foi o processo de reestruturação urbana do Rio de Janeiro para cidade olímpica.

O Projeto 100 Histórias

O *Projeto 100 Histórias*, da Agência Pública trata-se de uma reportagem virtual publicada em mídia independente que contém um conjunto de 100 depoimentos com os afetados coletados no ano de 2016, pouco antes da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Algumas constatações iniciais foram feitas após análise dos depoimentos.

A primeira refere-se à metodologia empregada. Os cem depoimentos contidos na reportagem apresentam algumas tipologias de moradores:

- a) Proprietários de imóveis ou terrenos legalizados, com título de posse ou concessão de permanência. Esses indivíduos receberam as melhores indenizações e, dependendo do tamanho e da qualidade do antigo imóvel, chegaram a receber mais de um apartamento ou casa;
- b) Proprietários de imóveis ou terrenos ilegais, sem título de posse ou concessão de permanência, receberam indenização e/ou apartamento;
- c) Locadores de imóveis, foram encaminhados para aluguel social por período determinado;
- d) Ocupantes de imóveis abandonados, foram encaminhados para aluguel social por período determinado.

Todas as entrevistas foram feitas tendo como fio condutor um questionário com perguntas abertas, que permitiram respostas qualitativas de três situações específicas:

1. como era a vida do entrevistado e de sua família na moradia de origem, em relação à antiga casa, histórico no lugar, laços de territorialidade (vizinhança, trabalho, estudos, mobilidade, facilidade de serviços, entre outros)
2. como se deu o processo de remoção, da tomada de consciência do evento até a ação por parte da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro, bem como os processos de resistência.
3. como ficou a rotina do entrevistado e de sua família na nova moradia e que laços de territorialidade construiu a partir da quebra de sua antiga cotidianidade.

No caso do processo de remoção, o discurso é uniforme na questão do método adotado pela Secretaria Municipal de Habitação. De acordo com os entrevistados, a sequência da remoção aconteceu da seguinte forma:

1. Pesquisa de Domicílio – a SMH promoveu um inventário dos imóveis fazendo um amplo levantamento número de habitantes em cada um, quantidade e metragem dos cômodos, situação do imóvel, entre outros, tudo foi medido e devidamente fotografado. Alguns relataram

que a justificativa da pesquisa dada pelos funcionários era que estavam fazendo inventário da comunidade para fins de programas sociais da prefeitura.

2. Aviso e marcação do imóvel. Uma vez confirmada e comunicada a remoção, a casa a ser demolida recebia a sigla SMH e uma numeração.

3. Negociação de destino: indenização, troca de chaves (antigo imóvel por apartamento MCMV) e/ou aluguel social. Nessa etapa ocorriam as resistências. Se os moradores não aceitassem as condições da Prefeitura, criavam comissões e iam lutar pelos seus direitos. Há comunidades inteiras ou parte delas que, pela resistência, conseguiram permanecer próximas ao local de origem. Quando não havia negociação, a Prefeitura usava várias estratégias como coação, negociações individualizadas, cooptação de lideranças, demolição pontual transformando a vizinhança em cenário de escombros, uso de força policial, entre outros.

4. Remoção. Alguns relatos disseram que a remoção foi feita de forma pacífica. Mas há relatos de uma quantidade significativa de casos de remoção a força, com uso de força policial, principalmente para aqueles moradores que resistiram até o último minuto.

Com relação à garantia do imóvel, muitos afirmaram que não receberam o contrato do mesmo, sendo que só receberá num prazo de dez anos. Alguns afirmaram ainda que a Prefeitura deixou de quitar a dívida junto ao banco financiador, a dívida foi transferida para o morador, que pelo não pagamento, ficou com o nome sujo na praça.

5. Demolição do imóvel ou aguardo da obra. Alguns relataram imensa perda sentimental ao ver a demolição do velho imóvel. Geralmente um evento bastante doloroso ver a derrubada de um imóvel construído com sacrifício onde tinham passado a vida. Muitos descreveram terem mudado para a antiga moradia por não ter condições de pagar aluguel e arcar com despesas de serviços em outros lugares. As moradias foram erguidas por autoconstrução ao longo de anos a medida que foram prosperando no lugar.

Para ilustrar a atuação da SMH, usaremos o depoimento de Maria da Conceição Queiroz, uma das entrevistadas, removida da Vila Autódromo e reassentada no Parque Carioca. Ela conta que resistiu até onde pode. Não acreditava que a Vila Autódromo seria removida; outros prefeitos já tinham tentado anteriormente e a Vila tinha 40 anos de existência. Lá viveu por 19 anos. Quando casou, comprou o terreno e construiu a casa ampla ao gosto dela. Enfrentava engarrafamento para vir do trabalho, mas considerava a Vila uma espécie sítio pois tinha pés de fruta nas ruas. Gostava de reunir-se com os vizinhos, conversar na calçada ou fazer um churrasco ou festa junina. Com relação às remoções, relata que todos os moradores da Vila foram chamados pela Prefeitura, para ouvir a exposição do novo empreendimento para onde seriam removidos. Todos ficaram impressionados com o projeto e com a maquete, relata. De imediato, cerca de cem pessoas aceitaram serem removidas. Algumas famílias não quiseram sair porque o apartamento era pequeno e a oferta da indenização pareceu-lhes mais atrativa. Outras cinquenta pessoas aceitaram a indenização. Depois teve mais uma etapa onde o Prefeito ofereceu mais apartamentos e indenizações. Mais uma leva foi removida. E por último, 30 pessoas resistiram até o final e o prefeito aumentou a oferta. Uma vez negociado com o Prefeito, a demolição da casa era feita, acompanhado de polícia armada. O entulho era deixado como forma de pressão para os moradores que resistiam. Faltava água, faltava luz, tinha muita poeira, escombros, animais. Os habitantes que ali permaneceram foram pressionados. Fora as ameaças

verbais de funcionários da Prefeitura. Maria contou que ficou chocada com a velocidade da demolição da sua casa pelo trator pois demorou tempo para erguê-la. Disse que presenciou a demolição da própria casa e dos vizinhos. Hoje relata que não gosta da vida em apartamento pois as pessoas são individualistas. Onde vivia anteriormente tinha muitas amizades com os vizinhos. Sente falta de quintal para praticar jardinagem. Revoltou-se ao lembrar que para um evento de duração de um mês teve de sair da sua casa onde morava há tantos anos.³⁹

A partir da nova realidade de reassentados em condomínios MCMV, os entrevistados podem ser classificados nos seguintes grupos em razão ao grau de satisfação com a nova vida:

- Caso A - morador insatisfeito com a troca e não adaptado à nova moradia, que corresponde a 67% dos entrevistados;
- Caso B - morador insatisfeito, mas parcialmente adaptado à nova moradia, que corresponde a 20 % dos entrevistados;
- Caso C - morador satisfeito e totalmente adaptado à nova moradia, que corresponde a 13% dos entrevistados.

No Caso A - morador insatisfeito com a troca e não adaptado à nova moradia, verificou-se que:

- teve perdas de qualidade de moradia pois seu imóvel anterior era maior, bem estruturado, espaçoso ou bem acabado que o novo. Houve relatos de que a velha moradia foi construída com muito sacrifício, ao gosto do morador. Muitos afirmaram que pegaram os novos imóveis com vazamentos e acabamentos mal colocados e tiveram de fazer reformas.
- perdeu sua fonte de renda que estava num comércio ou oficina que tinha em sua própria casa ou nas proximidades de onde vivia. Ou ainda tinha imóveis de aluguel.
- perdeu laços com familiares e vizinhança, diminuindo a vida associativa e em comunidade. Muitos reclamam que as comunidades foram misturadas e foram obrigados a conviver com desconhecidos.
- queixou-se do alto preço cobrado pelos serviços que antes não pagava, ou se pagava era uma quantidade bem inferior, como água, luz, gás e condomínio. Alguns relataram constante falta de luz ou de água na nova moradia.
- queixou-se da falta de documento comprovativo de posse do imóvel, uma vez que assinou apenas um termo de compromisso junto à Prefeitura e obteve a informação de que num prazo de cinco a dez anos teria direito à escritura.
- queixou-se dos problemas de acesso a serviços públicos na nova moradia, ou seja, oferta e acesso ao transporte público, escola, hospitais, etc., bem como as distâncias dos núcleos onde estão as ofertas de emprego e comércio.
- queixou-se do modelo condominial, com regras excessivas como a lei do silêncio a partir de certo horário. Houve relatos de que em alguns condomínios há a presença de milícias e que há falta de segurança no entorno, com risco de assalto e consumo de drogas.

³⁹ Disponível em: <https://apublica.org/100/?p=801>, acesso em: 17.01.2018

- queixou-se de problemas advindos do processo de remoção como depressão, hipertensão, entre outros.

Para exemplificar esse caso, usaremos o depoimento de Elizabete Barros de Melo, que morou na Vila Harmonia, no Recreio, por mais de 14 anos. E foi reassentada no Condomínio Terni do MCMV. No Recreio contou que tinha transporte e comércio próximo à sua casa. Quanto ao processo de remoção, Elizabete relata que os moradores da Vila foram convocados para uma reunião da Prefeitura, onde anunciaram que seriam despejados por conta do BRT. Tiveram de sair às pressas. Foi uma mudança confusa e desordenada. Preferiu duas casas diante da baixa indenização oferecida. As casas eram tão pequenas que mal comportavam sua mudança. Onde vivia anteriormente tinha maior oferta de emprego. O marido perdeu o emprego pois foi morar longe. E ainda complementava sua renda vendendo roupa e bijuteria. Hoje só consegue fazer salgado para fora. Ela reclama que a região não oferece acesso à saúde. Ao lembrar da antiga moradia, ficou emocionada, onde considera que tudo era melhor. A única vantagem que enxergou foi que o BRT melhorou o acesso ao Centro e à Barra.⁴⁰

O Caso B - morador insatisfeito, mas parcialmente adaptado à nova moradia. Refere-se ao caso de moradores que sofreram danos físicos, psicológicos ou morais, mas que, de alguma forma, se sentem adaptados à mudança. Isso significa que a nova moradia trouxe benefícios quanto à melhoria da qualidade de vida.

Anderson Nascimento é um dos entrevistados que representa o Caso B. Ele viveu por seis meses na Ocupação Machado de Assis, na Rua da Gamboa, no Centro do Rio de Janeiro. Os moradores da Ocupação foram removidos pois o terreno onde estavam seria transformado em praça e estacionamento para o Porto Maravilha. Os moradores reuniram-se em uma comissão e buscaram pressionar a Prefeitura cobrando uma destinação, encaminhamento para aluguel social ou nova moradia. Hoje Anderson possui um apartamento no Condomínio Ayres em Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro. Considera que morar no Centro era melhor pela proximidade de tudo e facilidade de locomoção. No entanto, o terreno tinha muito entulho, lixo, rato e esgoto. Vivia coagido pela polícia porque havia tráfico na comunidade. A nova moradia é distante de tudo. Para deslocar-se é preciso acordar cedo, pegar trem lotado para ir e voltar do trabalho. Ou pegar engarrafamento na avenida Brasil. Embora satisfeito com a casa própria, queixa-se de que vive isolado. Cita que no Centro costumava encontrar conhecidos nos bares e praças. Hoje consegue viver do ofício de DJ e tem um carro.⁴¹

No Caso C - morador satisfeito e totalmente adaptado à nova moradia, encontramos os seguintes relatos:

- relata que a nova moradia oferece mais qualidade que a anterior, pois a casa é maior, melhor dividida, mais bem acabada.
- relata que novo condomínio oferece opções de lazer e mais segurança, áreas verdes, além de ter saída para rua de asfalto, saneamento básico.
- os moradores que permaneceram mais próximos aos antigos lugares de residência, foram beneficiados com facilidade de transporte, saneamento básico e infraestrutura próxima a sua moradia.

⁴⁰ disponível em: <https://apublica.org/100/?p=870>, acesso em 17.01.2018

⁴¹ disponível em: <https://apublica.org/100/?p=885>, acessado em: 17.01.2018

- muitos conseguiram ofertar serviços como fonte de renda no mercado informal no próprio condomínio, como venda de alimentos (salgados e doces para festas, marmitas), manicure e cabeleireiro.
- conseguiram adaptar-se perfeitamente à vizinhança, sem maiores problemas.

Usaremos como exemplo desse caso, o depoimento de Domingas Silva Nobre, que saiu da Favela Metro Mangueira para o Condomínio Metrô Mangueira I. Ela relata que morou numa casa apertada na favela por cerca de 20 anos. Recebeu o aviso de despejo e teve uma semana para se mudar. Lamentou a demolição da antiga casa, mas acredita que a nova casa é bem melhor. Apenas resistiu para não ser reassentada em Cosmos, distante do trabalho dela e do marido, bem como do estudo da filha. Ela afirma estar satisfeita com a mudança e que não sente saudades da velha moradia. Agora possui uma vista bem melhor da cidade. Disse que a vizinhança continua praticamente a mesma e que conseguiu novos clientes para seus trabalhos de costureira. Afirma sentir-se segura, ainda que haja uma pequena taxa de criminalidade.⁴²

Conforme a análise sintética dos dados apresentados na reportagem, constatamos que a quebra brusca imposta pela reestruturação urbana do Rio de Janeiro para os megaeventos foi extremamente dura e difícil. Primeiro com relação à violação dos direitos de moradia e posse de um bem, muitas vezes construído com sacrifício e ao longo de uma vida, onde laços foram criados e uma história edificada. Segundo pela falta de transparência para com os afetados, já que os sujeitos atingidos pelas mudanças não tiveram se quer o direito de opinar sobre suas vidas, tiveram de aceitar e adaptar-se à mudança, ainda que alguns tenham conseguido transformar suas realidades para melhor.

Considerações Finais

A reestruturação urbana pela estratégia dos megaeventos esportivos na Cidade do Rio de Janeiro reafirmou-se como um processo excludente e concentrador de riqueza que utiliza do pretexto positivo da festa, do jogo e do imaginário patriótico para justificar as transformações e especializações de espaços eleitos pelo capital, justificando remoções de comunidades, as alterações de leis e o endividamento público. As formas de resistência se deram na organização de comitês populares contra as violações de direitos individuais e coletivos promovidos pelos megaeventos.

No caso do Rio de Janeiro, o poder do Estado interveio no território por meio de instrumentos jurídicos e por ações nas três esferas públicas que legitimaram um processo que foi colocado para a sociedade como um bem público a ser atingido, mas que na verdade, representa os interesses de um grupo específico formado por uma elite. Assim o “estado de exceção”⁴³ foi criado para dar lugar à “cidade de exceção”⁴⁴

Dentre as arbitrariedades provocadas pela produção e reprodução do espaço para os megaeventos esportivos no Brasil estão: a falta de transparência generalizada com os gastos públicos, violação dos direitos individuais, criação de leis de exceção e exclusividade, transformações sociais e ambientais, a mercantilização do espaço público, exclusão e

⁴² Acesso em: <http://apublica.org/100/?p=781>, acesso em 17.01.2018

⁴³ Agambem, 2004

⁴⁴ Vainer, 2011

segregação socioespacial, apropriação privada de recursos públicos, investimento em obras não-prioritárias, reforço da segurança pública.

O conjunto dos depoimentos analisado reflete que os removidos para os megaeventos no Rio de Janeiro criaram um território comum com seus pares, estabelecendo elos de vizinhança, grupo e identidade, criaram uma relação de territorialidade e uma história no espaço vivido. Um cotidiano quebrado a partir de uma nova realidade imposta por um novo projeto urbano, onde as necessidades do capital imperavam.

Dentro das constatações que foram feitas com base na análise dos depoimentos faremos algumas recomendações. A primeira delas refere-se à questão do planejamento do espaço para as transformações urbanas que deverão ocorrer. Recomenda-se que as agências promotoras dos megaeventos devam exigir dos governos-sede a participação popular no processo de planejamento urbano da cidade, no que tange ao legado deixado. Os que serão afetados pelas mudanças deverão ser ouvidos e suas opiniões deverão ser consideradas nos projetos de reestruturação urbana. Uma política clara com procedimentos bem definidos, respeitando os direitos humanos deve ser praticada. A falta de informação e de uma política clara de reassentamento, a violência física e psicológica praticada nos processos de remoção no Rio de Janeiro, são práticas que devem ser evitadas. Conforme recorda Rolnik (2014), segundo as leis internacionais de direito à moradia, quando uma remoção precisa ser realizada, a comunidade tem o direito de conhecer o projeto, discutir e apresentar alternativas.

A segunda recomendação seria que, uma vez definido o plano diretor municipal e os projetos de alteração, deve-se criar um projeto de reassentamento cujas obras devem ser iniciadas antes das remoções. Como sugestão, sugere-se o uso de imóveis vazios com dívidas de impostos no centro da cidade ou outras zonas, que poderão ser demolidos ou reaproveitados como moradia, dando uso aos espaços abandonados. Os governos dos municípios-sede deverão ainda dar preferência aos reassentamentos próximos aos atuais locais de moradia em áreas servidas de mínima infraestrutura urbana, próximos aos pólos concentradores de emprego.

A terceira recomendação seria que, no modelo adotado para as novas moradias, deveria ser respeitada as formas de organização e autogestão, não a imposição de um modelo condominial que desrespeita a forma de organização do espaço das comunidades. Privilegiar os laços de vizinhança e amizade entre os moradores típico das comunidades seria também uma sugestão.

A quarta e última recomendação seria desenvolver projetos de reassentamento em convênio com as universidades públicas e organizações não governamentais que irão ajudar as comunidades a se reestruturarem e se reorganizarem dentro da nova lógica. Rolnik (2014) ressalta que as comunidades precisam de um organismo independente que lhes dê assistência técnica e jurídica para acompanhar o caso. Um exemplo desta prática seria o Plano Popular da Vila Autódromo, projeto organizado pela associação de moradores locais em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e que foi apresentado como alternativa à remoção total da comunidade, mas que infelizmente não foi implantado.

Bibliografia

ABREU, M. de A. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

BIENENSTIEN, G. et.al. Megaeventos e metrópoles: insumos do Pan:2007 e perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In: MASCARENHAS, et.al.(orgs). *O Jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.123-161.

CAPEL, H. *El modelo Barcelona: um examen crítico*. Barcelona: Ediciones Del Serba, 2009.

CARDOSO, A.L. e LAGO, L.C. *Relatório Final*. Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Impactos Urbanos e Sociais Observatório das Metrópoles. Habitação e Cidade. IPPUR/UFRJ, fev. 2015

COMITÊ Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. *Olimpíada Rio 2016. Os jogos da exclusão*. Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Nov 2015.

FAULHABER, L; AZEVEDO. L. *SMH2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G; HAESBAERT, R (Orgs.) *Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acess. 2007, p. 93-123.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. O território em tempos de Globalização. *Revista ETC / Espaço, Tempo e Crítica*, vo. 1, nº2, 2007. Rio de Janeiro, ago. 2007,p. 39-52.

HARVEY. D. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY. D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

HARVEY. D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005.

LEFEBVRE, H. *Economia e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

OLIVEIRA, N.G. *O poder dos jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo*. 2012, 309 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. (2009) *Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro – Pós 2006*, o Rio mais integrado e competitivo. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2009.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – As cidades da Cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2004.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro – Rio sempre Rio*. Rio de Janeiro: Prefeitura, 1996.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Urbanismo. Comitê Especial de Legado Urbano. *Plano de Legado Urbano e Ambiental: Olimpíadas Rio 2016*. Rio de Janeiro: Prefeitura, s.d.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, El S. (Org.) *Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular. 2009, p. 73-94.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias et al. *Geografia: conceitos e temas* 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993

RODRIGUES, A M. Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. *GeoTextos*, vol. 9, n. 2, dez. 2013. A. Rodrigues. p. 13-25.

VAINER, C. Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas? In: JENNINGS, A (Ed.) *Brasil em Jogo: Como fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014. p. 71-77

VAINER, C. (2011), *Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro*. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR), vol. 14.

ROLNIK, R. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. JENNINGS, A (Ed.) *Brasil em Jogo: Como fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014. p. 65-70

ROLNIK, R. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.2015

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, 1999, p. 7-13.